

**REQUERIMENTO Nº DE 2011  
(Do Sr. Celso Maldaner)**

*Solicita desarquivamento de proposições.*

Senhor Presidente:

Em face do encerramento da 53<sup>a</sup> legislatura ter acarretado nos termos do art. 105 do regimento interno da Câmara dos Deputados, o arquivamento de diversas proposições, solicito a Vossa Excelência, com base no parágrafo único do mesmo dispositivo regimental, que sejam desarquivadas as seguintes proposições de minha autoria, conforme relacionado abaixo:

- PEC nº 161/2007, que altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da Constituição Federal, e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- PL nº 2441/2007, que altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.
- PL 2751/2008 Dá nova redação ao art. 25 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
- PL 2830/2008 Dispõe sobre a criação de Áreas de Livre Comércio em municípios de fronteira e dá outras providências.
- PL 3676/2008 Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.
- PL 4498/2008 Dispõe sobre emissão de cheque sem provisão de fundos.
- PL 4504/2008 Cria a "Loteria Social Federal" e o Fundo Emergencial de Calamidades Públicas e dá outras providências.

- PL 5668/2009 Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o recálculo da renda mensal do benefício de segurado que permanece ou que retorna a atividade.
- PL 6283/2009 Dispõe sobre a doação de sangue pelo condenado.
- PL 6903/2010 Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências.
- PL 6904/2010 Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.
- PL 7766/2010 Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- PLP 521/2009 Estabelece regras de flexibilização do cumprimento das obrigações previstas pela Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000, para o encerramento do exercício financeiro de 2009.
- PRC 235/2010 Institui a Comissão Permanente de Saneamento

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2011.

Deputado **CELSO MALDANER**  
PMDB/SC